

Denis Tavares
Patrícia Assreuy
Milena Batista Durante

CIDADE E CULTURA

rebatimentos no espaço público contemporâneo

Relatos das mesas do 1º Encontro do Cidade e cultura: rebatimentos no espaço público contemporâneo, acontecido no Rio de Janeiro entre os dias 23 e 24 de novembro de 2010.

TEMA DO ENCONTRO

O encontro procurou explorar as relações entre cidade e cultura, entre elas o papel que a cultura vem desempenhando nos processos urbanos contemporâneos, analisando as políticas culturais e urbanas, e suas conseqüências sociais, investigando sua complexidade e criando novas possibilidades de discussão, representação e visualização de espaços públicos urbanos.

Mesas/ Eixos de análise e debates

Mesa 1- Espaço público e memória

Mesa 2- Espaço público e território

Mesa 3- Espaço público e diversidade

Relato de Denis Tavares

Mesa 1: Espaço Público e Memória

Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ) e Laura Maciel (PPGH/UFF)

Mediadora: Margareth da Silva Pereira (PROURB/UFRJ)

Dando seguimento à proposta do 1º Encontro *Cidade e cultura: rebatimentos no espaço público contemporâneo*, a primeira mesa aprofundou as discussões em torno dos eixos “espaço público” e “memória”, noções entendidas pelos autores não como um dado em si, intrínseco e neutro, mas enquanto processo humano e social atravessados por relações de poder, disputas e conflitos entre os grupos sociais. O debate se estruturou a partir de uma primeira exposição do problema pelos palestrantes seguida de três seções de perguntas, interlocuções e respostas entre debatedores, mediadora e público.

Primeira fala: **Laura Maciel**

A palestrante Laura Maciel, Pós-Doutora em História pela PUC de São Paulo, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, trabalha com os temas história da imprensa, cidade, cultura e memória e formação de profissionais em ensino de história – sempre destacando o compromisso social implícito na prática profissional do historiador. Em sua exposição oral, ela procurou, inicialmente, ressaltar que as questões que levanta em torno do tema proposto expressam não somente um ponto de vista teórico, mas indicam também posições sociais e políticas assumidas pela mesma.

Desse modo, reconhecendo a não neutralidade da fala e das intervenções no debate público, ela sinalizou sua forma de compreender memória pensando-a, como propõe Antônio Augusto Arantes,

como qualquer outra experiência humana, um campo atravessado por conflitos sociais, um campo de luta, de disputas políticas, onde tanto a gente encontra forças que se organizam em torno de comemorações, de preservação, de valorização de determinadas experiências e práticas, como também esforço no sentido contrário, de apagamento, de ocultação, de negligência com a memória.

Laura Maciel entendeu, portanto, memória “não como um acúmulo, um depósito de algo, ou algo que se inscreve naturalmente pela passagem do tempo numa superfície qualquer e se deposita naturalmente”, mas como “escolhas que articulam, que dão sentido a projetos políticos, a projetos de poder”.

Laura Maciel trouxe para pensar a relação entre esforço de produção de memória e espaço público, o exemplo das comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real Portuguesa – festejos comemorativos protagonizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2008. Segundo Maciel, estas comemorações em torno da vinda da Família Real estiveram marcadas pelo conservadorismo político e por uma “perspectiva de revisão histórica em torno não só de 1808, do significado daqueles eventos lá em 1808, mas, principalmente, sobre personagens, figuras, leituras e interpretações sobre o passado”. Nesse sentido, ela ressaltou que além de um esforço de enquadramento da memória do próprio 1808 e de seus significados, as comemorações encetadas pela Prefeitura investiram na criação de uma imagem e de uma logomarca para o Rio

de Janeiro, procurando afirmar um papel central para a cidade, como “capital cultural dos trópicos”, desde 1808 até a contemporaneidade.

A palestrante destacou ainda que as ditas comemorações, centradas, sobretudo, em torno da figura de Dom João, não partiram de política aleatória da Prefeitura do Rio de Janeiro, mas de um planejamento oficial de dois anos, que contou com um orçamento em torno de trinta milhões. Um planejamento bastante meticuloso, constituído por uma comissão de intelectuais, inclusive, e que reuniu as sinergias da iniciativa pública com a iniciativa privada – principalmente as agências que lidam com a venda de pacotes turísticos ao Rio de Janeiro, donos de restaurantes, de hotéis, promotores culturais, empresas de publicidade, etc. – numa “tentativa de coordenar e de planejar a série de eventos que pretendiam transformar a cidade em palco dessas comemorações”.

Outro aspecto ressaltado pela autora diz respeito às intervenções pontuais na cidade, ou seja, uma série de obras de restauro e outras obras públicas de intervenção que se concentraram no centro da cidade, em torno do eixo da Praça XV, que trabalharam e fizeram ressurgir em uma série de logradouros públicos essa compreensão do Rio de Janeiro como um “cartão-postal imperial”, afirmando a centralidade da cidade como um local que tem a “marca da cultura”.

A partir desse exemplo, Laura Maciel colocou em discussão a questão da articulação entre o investimento na produção de significados e releituras do passado com as intervenções pontuais na cidade, nas palavras da própria autora,

[...] construções simbólicas e imaginárias com intervenções físicas concretas em determinados pedaços da cidade que são recortados e instrumentalizados, vamos dizer, ou orientados e legitimados a partir de uma memória que se quer hegemônica.

Se de um lado as intervenções e festejos comemorativos promoveram espaços pontuais na cidade – espaços “onde os trópicos estavam virando Europa” –, assim como os recursos públicos foram alocados na preservação de acervos e bens simbólicos alusivos ao “patrimônio” da Família Real na sua chegada ao Brasil, por outro lado, como colocou Laura, “se optava ou se escolhia minimizar ou até paralisar investimento, organização e tratamento em outros acervos”.

Laura Maciel destacou o conjunto de lutas e articulações políticas em torno da constituição do espaço público, bem como as assimetrias e as relações de poder que atravessam o campo da memória e, nesse sentido, propôs pensar, como questão central, o direito ao passado e o direito à memória também como possibilidade de afirmação de “um universo de construção de direitos”, sendo o direito a ter memória uma ampliação dos direitos sociais.

Aprofundando a discussão ela chamou a atenção quanto à própria atuação do historiador no interior desse campo e, em sintonia com Maria Célia Paoli, utilizou o conceito de

“horizonte de validade histórica” para pensar a prática do historiador nesse processo de afirmação e legitimação de memórias que “não se reconhece com validade, com legitimidade para a construção de uma memória pública”. Laura Maciel sinalizou ainda que a construção de outro “horizonte historiográfico” permite que “outros sujeitos e experiências sociais menos visíveis” consideradas “socialmente irrelevantes” não sejam silenciadas e subsumidas numa memória “harmônica” e hegemônica.

Segunda fala: **Frederico Araújo**

Logo em seguida, o palestrante Frederico Araújo, professor adjunto do IPPUR e autor dos livros *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo*, *geografia e espaço, ecologia e natureza* e *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*, sendo este uma coletânea organizada junto com o Rogério Haesbaert (professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense), iniciou sua fala afirmando a possibilidade de interlocução com apresentação anterior da professora Laura Maciel, sobretudo, com relação a “idéia da disputa, da disputa pelas falas, da disputa pela memória, da disputa em relação ao que é espaço público”. Nessa chave de entendimento, a questão das construções discursivas, o campo das interpretações lingüísticas, o dizer sobre o mundo e a disputa pela fala sobre as noções de memória e espaço público permaneceu cara à exposição de Frederico Araújo.

Frederico Araújo, se inserindo na linha de pensamento de Jacques Derrida, buscou tangenciar o tema proposto pela mesa de um modo particular, não se referindo de forma direta às expressões “espaço público” e “memória”, mas procurando descentrá-las a partir da criação do conceito “memória-espaço-público” pensado enquanto uma palavra, que ele constrói e coloca em discussão.

Dessa maneira, o autor se esforçou em explorar as condições da própria linguagem, deixando a trama que ele construiu sem um sentido fixo, mas aberta a significações: “a conjugação da palavra ‘memória-espaço-público’ demanda uma semântica”.

De acordo com Araújo, a palavra memória e a palavra espaço público incorrem no risco de cair em uma semântica rígida que as toma como representações de algo dado no mundo e, desse modo, a construção da trama “memória-espaço-público” auxiliaria a desvencilhar do risco da objetivação destas noções e permitiria entendê-las enquanto construções e interpretações historicamente situadas, na medida em “o que é dito como mundo não é mais do que também uma construção, se tomada histórica e politicamente, esta construção em geral pode ser entendida como um dizer hegemônico espaço-temporalmente situado”.

Ao longo de sua exposição Frederico Araújo procurou dar coloração ao seu conceito aproximando-o do conceito derridariano de *Khôra*, isto é, uma espécie de receptáculo

aberto à interpretação e impressão de sentido que não possui forma sensível fixa, vinculada a algum centro específico. Para Frederico Araújo, a junção dos conceitos “memória-espaço-público” e *Khôra* pode ampliar as possibilidades da própria linguagem, porque se constitui como modo de expressão que “nunca se fecha em modos e formas encerradas em si”. “Memória-espaço-público-khôra” teria a propriedade de “receber, acolher os sentidos que lhe são atribuídos. As interpretações, então, viriam dar forma a ‘memória-espaço-público-khôra’, deixando nela a marca esquemática da sua impressão e depositando o sedimento de sua contribuição, apesar disso jamais se deixa esgotar por esses tipos de tradução trópica ou interpretativa”. A trama “memória-espaço-público-khôra”, possibilitaria então a ampliação dos sentidos de memória e espaço público, através da desconstrução, descentramento e retirada da marca de significação fixa dos mesmos, situando-os no interior do campo dos jogos da linguagem, no âmbito das múltiplas e sucessivas construções, interpretações e disputas entre “discursos diferentemente empoderados”.

Após as exposições dos debatedores, teve início a seção de perguntas, respostas e provocações entre os presentes e as questões levantadas pelos expositores puderam ser comentadas, desenvolvidas e ganharam novos contornos.

A problemática da relação entre memória e esquecimento, mencionada por Pasqualino Magnavita, professor da UFBA; e a questão sobre a perspectiva popular – quando Laura Maciel falava da construção de direitos a partir da noção de “horizonte de validade histórica” – levantada por Ciro, discente da UFRJ, permearam a primeira seção de provocações.

Frederico Araújo, respondendo à primeira questão, destacou constituição da memória também como uma forma de esquecimento. Para ele, a construção do passado estará sempre marcada pelo silenciamento de determinadas memórias e pela não constituição de outras.

Logo em seguida, Laura Maciel, voltando-se ao segundo questionamento, pensando, sobretudo, a questão da cultura e da memória como direito, afirmou que a noção de “horizonte de validade histórica” serve de gatilho para refletir sobre a prática do historiador nesse processo de afirmação e reconhecimento público da memória como história. Ressaltou, ainda, que quando fala de memória, pensa também na possibilidade de construção de outro espaço, que não seja aquele da memória única e totalizante.

Durante a segunda seção, algumas questões recorrentes como: as inscrições, sinais e “lugares de memória” que demarcam e conotam o espaço, apresentada por Francisco, aluno da UFRJ; a atuação do Estado na promoção das políticas dos “Pontos de Memória”, levantada por Isabel, Pró-reitora de extensão da UFRJ; e a questão do processo contemporâneo de standardização e mercantilização da memória enquanto megaproduto

a ser vendido em forma de pacotes e concorrido entre editais, discutida por Regina Helena, mediadora da mesa - animaram o debate e suscitaram novas provocações.

Laura Maciel, se atendo à primeira questão, pensou a memória como uma construção que se dá no presente, em decorrência das correlações de forças, disputas e antagonismos que vão além das questões da linguagem e extrapolam seus referentes textuais. Maciel destacou o espaço enquanto “lugar de memória”, não como mero suporte onde as memórias se depositam naturalmente, mas, como fato social que envolve formas diferenciadas de se inscrever, embates e assimetrias em torno dessas demarcações do próprio espaço. Quanto à questão da memória e cultura virarem edital, Maciel respondeu que enxerga isso com ressalva e, focando no exemplo das comemorações dos 200 anos da Família Real Portuguesa, afirmou que a alocação de recursos públicos para o fomento daquela memória se deu em um nível particular de detalhamento de como, por exemplo,

se deveria lembrar, não só o que, mas como lembrar, então, como deveria ser ‘encenada’ aquela presença, em quais lugares da cidade, ou seja, não deixou margem nem para o contraditório, que dirá para pensar a disputa entre outras possibilidades de pensar sobre 1800.

Apontou ainda que o próprio significado do acirramento da escravidão nunca esteve presente nestas comemorações. Em relação à política dos “Pontos de Memória”, Laura comentou que o próprio Estado pode estar fomentando, com a profusão de museus e pontos identitários, por exemplo, a pacificação e a esterilização de conflitos e dissensos de grupos dentro desses espaços de memória.

Frederico Araújo também pensou os “lugares de memória” como espaços marcados por significações que estão sempre em disputas. Do mesmo modo, refletiu sobre a questão das políticas culturais do Estado e sobre o fomento aos “pontos de memória”, dizendo que tais pontos são “espaços de disputa, onde o que vai ser possível ou não, depende de como forças contra-hegemônicas se posicionam”.

Encerrando a terceira seção de questões, Carlos Rodrigo, do PROURB/UFRJ, propôs pensar a dimensão afetiva do espaço, como a nostalgia, as sensações de infância e a relação dessas experiências urbanas com o processo de subjetivação. Denis Tavares, mestrando do PPGH/UFGM, levantou a questão da memória enquanto possibilidade, isto é, procurou pensar na dimensão cognitiva da memória, enquanto “ferramenta essencial para a própria compreensão do passado e também para a própria constituição da narrativa histórica”. E Lucas, integrante do Projeto *Jovens Repórteres*, comentou um pouco sobre a experiência do seu grupo, com o trabalho “minha rua tem história”, percorrendo os bairros de Nova Iguaçu e ouvindo a fala de grupos até então marginalizados em relação a uma memória “oficial” da cidade.

Laura Maciel, começando pela questão do afeto, falou que os sentimentos e subjetividades podem ser pensados e trabalhados nessa direção da “cultura urbana”. Contudo, a autora ponderou que os pesquisadores não podem cair na armadilha do “sentimento pelo sentimento”, ficando somente com as evidências do individualismo extremo, mas deve pensar os mecanismos que os fazem lembrar imersos em um campo de relações sociais. Se voltando à questão colocada por Denis Tavares, Maciel pensou a memória não somente como ferramenta para a compreensão do passado, mas, principalmente, como chave para a compreensão e afirmação do próprio presente, para a construção de um presente diferente daquela via única imposta como única possibilidade para o presente. Em relação à experiência dos Jovens Repórteres, Maciel considerou que a prática de trabalho deles oferece oportunidade para pensar as memórias que se colocam em disputa em Nova Iguaçu e procuram se afirmar e constituir um lugar de reconhecimento da e na cidade.

Frederico Araújo, fazendo um último comentário sobre a prática dos Jovens Repórteres de Nova Iguaçu, disse que a memória é um processo de construção marcado também pela imaginação do futuro e pelas disputas do presente. Desse modo, dependendo do momento histórico e das disputas de presente, não só Nova Iguaçu, mas toda a baixada fluminense se vincularia e “*faria parte da construção de memória de alguns setores*”, sua significação dependeria, portanto, das disputas, das relações de poder e dos projetos de futuro que constituem aquele espaço.

Relato de Patrícia Assreuy

Mesa 2: Espaço Público e Território

Claudia Pfeiffer (IPPUR/UFRJ), Catia Antonia da Silva (FFP/UERJ), Marcella Camargo e Camila de Oliveira (Jovens Pesquisadores)

Mediadora: Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

Primeira fala: Catia Antonia da Silva

Segundo a professora Catia Antonia da Silva, o desafio da mesa seria a compreensão do espaço público e do território, no sentido de entender as duas noções e o que media essas esferas. Por meio de imagens, ela procura demonstrar o conceito de *território usado* de Milton Santos, que consiste em um *manifesto*. Várias imagens são de navios e da região portuária próxima à ponte Rio-Niterói, numa proposta de olhar a metrópole a partir das águas, um olhar diferente.

Catia Antonia da Silva cita Hannah Arendt: “a esfera pública corresponde ao comum. Ou seja, espaço público é uma dimensão do comum, o que pode ser visto e ouvido por nós e por outros”. Nesse sentido, espaço público pode ser pensado como a própria realidade, significa o *próprio mundo*. Ela coloca a esfera pública como lugar das sociabilidades, numa contradição com a lógica capitalista que se apropria dos espaços. Essa dimensão interfere na compreensão das pessoas do que é esse espaço público, ocasionando sentimentos como o estranhamento, por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que muitas vezes o processo de dominação acontece por meio da destruição das noções de território.

A professora faz um breve histórico do conceito de território. Começou com Friedrich Ratzel, geógrafo alemão que usava o conceito para justificar a ação do Estado. “O Estado tem que ter soberania e, para isso, deve controlar o território”. Ao longo do tempo, o conceito foi ganhando novos sentidos, dados por diversos autores. Mas o que é necessário compreender é o conceito trazido por Milton Santos de *espaço banal*, ou seja, o território tem que ser pensado como um espaço de todos, sob o risco de ser apropriado apenas por alguns grupos específicos e não por todos. Assim, é necessário pensar que o espaço é passível de apropriação por diversos grupos, não só os grandes e conhecidos, mas também os “invisíveis”. Daí o interesse da pesquisadora por comunidades de pescadores.

A palestrante coloca que o conceito de território é multifacetado: pode significar lugar, memória, identidade, reconhecimento. Ela cita novamente Milton Santos: “o território tem que ser pensado a partir dos usos”. Nesse sentido, ela coloca que o conceito acaba sendo utilizado pelos autores de acordo com o que lhes interessa.

Catia Antonia da Silva dedica especial interesse as comunidades de pescadores da Baía de Guanabara, sendo esse o seu foco de pesquisa no momento. Ela traz à tona o caso do lixo na Baía de Guanabara e pergunta: ela é espaço público? O entendimento de muitos do que seria espaço público é de que esse é sinônimo de *rua*, ou seja, o lugar do visível e palpável por todos. Nesse sentido deve-se observar a dimensão da visibilidade no tratamento da questão do espaço público. Esse conceito é extremamente complexo, pois, ainda que se parta de uma referência do *comum*, cai na contradição em relação à *dimensão* do comum. Ao mesmo tempo em que pode ser o lugar da liberdade, pode ser também o lugar da dominação. Para exemplificar esse fato, Silva fala do caso dos pescadores da região da APA do Guapimirim na ocasião do derramamento de petróleo na Baía de Guanabara em 2000. Sua presença não é identificada pelas cartas náuticas da marinha, ou seja, sua presença é invisível. Por causa disso, a própria circulação da comunidade pesqueira na região é prejudicada.

Catia Antonia Silva coloca a questão do Estado como expressão da sociedade civil, e não só da política. Ele exerce um controle sobre o domínio público. Assim, como pensar um

Estado que confunde o público com o território? A palestrante termina sua fala com a seguinte pergunta: Se o espaço público é o lugar da visibilidade, como é que podemos criar mecanismos que nos permitam ver? Como ver o outro em sua totalidade?

Segunda fala: **Marcella Camargo e Camila de Oliveira**

A fala inicia com Marcella Camargo, contando sobre o trabalho com jovens, o grupo Informação, Conhecimento, Atitude (ICA) e o grupo Jovens Pesquisadores. Segundo Marcella, “o território se constrói a partir da nossa perspectiva”.

O grupo ICA é uma ONG fundada em 2005 que procura unir jovens de escolas internacionais a jovens de favela a partir de atividades como peças de teatro, músicas, viagens, etc. O objetivo do trabalho é o empoderamento da juventude, enquanto o foco é a produção, a experimentação, a autoria e a produção coletiva.

Marcella considera que as representações ligadas ao território sejam uma junção entre as percepções do cotidiano e momentos de reflexão, baseados na noção de direitos humanos. Nesse contexto, os movimentos sociais constam como produtores de representações legítimas e reconhecidas na contemporaneidade.

Segundo a palestrante, o território do ICA é a juventude. A escola de pesquisa se aprofunda na diversidade territorial. Ela acredita que o território depende de onde a pessoa se encontra. Assim, o intuito das atividades do ICA é provocar não apenas conhecimento, mas também promover atitude e mobilização, no sentido de respeitar a diversidade e os direitos humanos.

Em seguida, Camila de Oliveira fala sobre o grupo Jovens Pesquisadores, do qual faz parte. Segundo Camila, o jovem não tem domínio sobre o território no qual ele está inserido, daí a importância da escola de pesquisa, que sistematiza os projetos sociais que existem em Nova Iguaçu - RJ. A escola fornece informações importantes para a tomada de decisões da Secretaria de Cultura do município, sendo uma de suas atribuições o monitoramento e avaliação da atuação dessa Secretaria.

Camila levantou alguns pontos acerca da ligação entre território e afetividade e sua relação com o aprendizado do respeito ao outro e às diferenças. Segundo a palestrante, a pessoa só pode fazer diferença na sociedade se ela tem conhecimento sobre como fazer isso. A escola funciona no sentido de prover uma ferramenta de conhecimento e apropriação, além de ajudar na formação dos jovens como pesquisadores. Isso proporciona aos jovens uma visão ampliada de sua realidade. Assim, os jovens passam a ser mais aptos a discutir seu território e sua própria atuação dentro dele. O fato de a escola estar inserida no contexto de um órgão do governo possibilita que as investigações sejam de fato utilizadas para a proposição de políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens enquanto cidadãos.

Camila citou ainda alguns pontos marcantes da trajetória dos Jovens Pesquisadores, como a pesquisa *Minha rua tem história*, que envolveu formação técnica e resgate da memória de Nova Iguaçu. Além disso, o grupo promoveu o 1º. Encontro Juvenil As artes e as ciências por uma vida sustentável na Urca. O grupo Jovens Pesquisadores também participou do 5º. Fórum Urbano Mundial, em 2010.

Terceira fala: **Cláudia Pfeiffer**

A palestrante inicia sua fala com definições pessoais dos conceitos de território e de espaço público.

Território seria a área geográfica na qual pessoas e grupos desenvolvem sua existência. Espaços públicos seriam os espaços nos quais nós, com nossos corpos e com nossas diferenças, nos encontramos em interação 'ao vivo e a cores'.

Pfeiffer diz ainda que desenvolve projetos em locais no Rio de Janeiro, como Vila Elza (Rio Comprido), Cidade de Deus, Santa Cruz e Vila Aliança.

Segundo Cláudia Pfeiffer, ao passo em que há situações de encontro e consenso, há também situações de diferenças e arrogâncias, no que diz respeito à gestão de conflitos nessas áreas. Encontros no sentido de comprometimento com as outras pessoas e com seus direitos em vários segmentos, inclusive no governo e no empresariado (grupos que *a priori* não se acredita terem tais compromissos). E encontros no sentido de descobrir “novas possibilidades de interação e de vida na cidade, que às vezes resulta na criação de redes cívicas” (redes cívicas seriam redes de pessoas imbuídas de espírito público, não *grupos*, o que resulta em conexões mais fluidas).

A palestrante coloca ainda a existência de dissenso na identificação de problemas, o que resulta em conflito por si só, além de desencontro de pessoas em equipes voltadas para projetos sociais, ocasionadas por discordâncias relacionadas ao modo de ser, pensar, sentir e agir de cada um. Há também o preconceito de um grupo em relação a outro grupo, o que dificulta a interação e os acordos coletivos. Ademais, Cláudia Pfeiffer discorre sobre a existência de uma “valorização excessiva da própria experiência que vem caracterizando a atuação de muitos de nós no espaço público da cidade”. Segundo ela, isso vem sendo observado não apenas na atuação do governo, mas também na atuação das ONGs e das lideranças comunitárias.

Por fim, Pfeiffer coloca que todas essas questões são encontradas nos espaços públicos dos territórios, podendo nos levar a encontros ou desencontros, conflitos ou consentimentos, consensos e colaborações. Nesse sentido, a grande pergunta que deve ser respondida é como cada um de nós deve agir para construir nossa sociedade? E que legado cultural queremos deixar para as próximas gerações?

CONSIDERAÇÕES DURANTE O DEBATE:

Alguns pontos interessantes foram levantados durante o debate. A professora Margareth da Silva Pereira (PROURB/UFRJ) falou sobre o uso do conceito de *construção* para permear a discussão sobre espaço público e território, uma vez que espaço público e espaço urbano são construídos. Nesse sentido, a pergunta que deve ser feita é: território e espaço/esfera pública construídos por quem e para quem? Segundo Pereira, “território é um recorte de um campo identitário contingente”. Ou seja, território é, antes de mais nada, um recorte.

A pesquisadora falou ainda sobre o conceito de empoderamento e o uso da palavra: “claro que está sendo falado de regimes de presença, visibilidade e poder. Mas me pergunto se não é mais uma questão de presença e visibilidade do que necessariamente poder?”

Catia Antonia Silva falou um pouco sobre o perigo do uso descuidado do conceito de território, uma vez que este está intrinsecamente ligado à noção de poder. Mesmo quando o conceito de território está ligado à idéia de memória, a noção de poder permanece, uma vez que o desejo de memória é relacionado ao desejo de secularização, de permanência de uma coisa escolhida. Ou seja, é importante cuidar da dualidade do conceito, e não considerar só *poder* ou só *permanência*, sob pena de ser tendencioso, vendo apenas conflito ou apenas consenso.

Cláudia Pfeiffer levantou um questionamento sobre a conceituação de espaço público e território: “Nessa divisão conceitual entre espaço público e território, pode-se dizer que o espaço público é o território socialmente visível?” Além disso, a professora falou sobre a importância da valorização dos resultados quando se trabalha na área social; é muito comum que os processos acabem sendo supervalorizados e não se dê importância aos resultados.

Por fim, Marcella Camargo questiona: “até que ponto a própria academia não seria responsável pela arrogância que a Cláudia colocou durante a sua fala?”

Relato de Milena Batista Durante

Mesa 3: Espaço Público e Diversidade

Livia de Tommasi (PPGS/UFF), Écio Salles (Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu) e Alessandro Conceição (Centro de Teatro do Oprimido)

Mediadora: Lilian Fessler Vaz (UFRJ)

Primeira fala: **Livia de Tommasi**

Começa falando sobre como o momento atual é particularmente importante para se discutir a diversidade porque todas as manifestações culturais que acontecem hoje e das quais tanto se fala nunca deixaram de acontecer. Atualmente, porém, estão tendo uma “valorização particular” não só de programas de políticas públicas, mas como os dos Pontos de Cultura e também uma série de “intervenções da mídia”, programas como a “Central da Periferia” de Regina Casé. Também declaram que é possível encontrar excertos de jornal sobre literatura marginal, etc., ou seja, as atenções, de um modo geral, se voltam para as chamadas manifestações populares. Todo um “campo” de intervenção nessa área, “intervenção pelos Editais, do Ministério, a Secretaria da Identidade Cultural, enfim”, um campo que está sendo “particularmente visado” e também fala da questão da diversidade e sua relação com “toda a história dos movimentos sociais que também em algum momento começaram a focar nessa *questão de diversidade*” - ou seja - essa é verdadeiramente uma pauta tanto na mídia quanto nos órgãos públicos, de acordo com a palestrante.

Tommasi, afirma que vai discutir o “uso que se faz desse paradigma da diversidade” através de dois “acontecimentos” por ela analisados: a criação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) - do qual participou em 2005 - e o Encontro Nacional da Diversidade Cultural organizado pelo Ministério da Cultura no Rio de Janeiro e precedido por uma série de encontros estaduais. No caso do Conjuve (Conselho Nacional da Juventude), uma das questões importantes durante a criação do órgão foi o desejo de saber “quem vai representar a juventude”. Em outros conselhos a “participação, que no governo Lula foi bastante ressaltada”, se deu por segmentos que representam algum tipo de “modalidade de atuação naquela área”. Segundo ela, a área da juventude, sendo uma área nova e não existindo um movimento anterior - como no caso dos movimentos das mulheres ou daqueles que tratam da questão racial e já existiam antes, e quem estava à frente dessa decisão - entre elas um antropólogo carioca - decidiu fazer essa representação através de uma mistura entre “*segmentos identitários*” (GLBTT, juventude deficiente, rural, índios) e “*segmentos temáticos*” (juventude e trabalho, juventude e educação, mulheres, meio ambiente) criando “*caixinhas identitárias*” que não existiam antes e reproduziram esses padrões aos conselhos municipais e estaduais que se seguiram e criou-se o estigma de que para “se discutir juventude é preciso discutir por segmentos”.

Livia de Tommasi alega, que a segmentação temático-identitária foi realizada porque

[...] vários especialistas começaram a falar que não se pode falar de juventude no Brasil, existe uma grande diversidade de condições juvenis então temos que falar de juventudes no plural’ portanto, essas diferentes juventudes - pautadas também por várias publicações da UNESCO – gerou discussões intermináveis porque cada segmento tinha que ter sua opinião sobre cada assunto em pauta e discutir a partir

da sua diversidade, da sua particularidade dificultando, e às vezes impossibilitando, a discussão em diversos momentos por ser impossível criar uma bandeira comum.

A palestrante continua sua fala contando sobre o Encontro da Diversidade Cultural promovido pelo MinC onde também havia a divisão por segmentos identitários e, de acordo com a palestrante,

[...] o próprio formato do evento, formado por 'testemunhos' fazia com que cada um só testemunhasse as dificuldades e as particularidades do próprio segmento identitário, sem diálogo entre eles. Em vez disso, cada segmento queria se mostrar mais 'excluído', desprovido de políticas públicas e necessitado de atenção 'especial', criando uma competição entre eles.

Tommasi discorre que há uma “forma bastante típica de pensar” em que se cria um grupo, um segmento que não existia antes da intervenção do governo e que esse grupo vai ser “meu interlocutor”. “Eu te organizo pra você participar” e que essa maneira de trabalhar a diversidade cultural está bastante relacionada à discussão levantada pelo sociólogo francês Jacques Donzelot, sobre “o social de competição entre diferentes grupos”, algo que vem se instalando nos últimos dez anos e também, por outro lado, está relacionado à discussão de Nikolas Rose, que desde o começo dos anos 1990 identificava

[...] a deterioração do social enquanto intermediário entre a população e o estado em contraposição às comunidades múltiplas e fragmentadas que substituem a centralidade nas estratégias, como sujeito e objeto de governo, em que cada um é responsável por enfrentar os problemas daquela sociedade através da energia e das escolhas individuais e através da moralidade pessoal em uma comunidade dada - em contraposição à centralização, paternalismo e incapacidade do governo social.

Por fim, Livia de Tommasi conclui que essa divisão por segmentos deveria “respeitar a diversidade” e “dar voz às diversidades”, e “permitir que cada um enfrentasse suas questões de maneira ativa e se fazendo responsáveis pela solução dos problemas”, mas, diferentemente, os jovens é que são vistos como problemas a serem enfrentados na questão da juventude de forma geral, como enfrentamento dessa questão emerge o pensamento de que o jovem pode ser solução e, então - surge o protagonismo juvenil e outros movimentos de “empreender a vida” como fala Nikolas Rose, em que o jovem pode se “tornar responsável pelo próprio destino”.

Segunda fala: **Écio Salles**

Écio Salles inicia sua fala contando a própria trajetória desde que nasceu na “franja” do Complexo do Alemão - onde

não conseguiu fazer ligação intelectual com a questão da favela a não ser afetivamente até 1995 quando foi convidado pelo AfroReggae para revisar o jornal e acabou entrando para o grupo cultural como voluntário quando eles eram ainda poucos jovens que se

amontoavam numa sala minúscula num prédio na Senador Dantas - agora tem uma supersala na Lapa - lugar para 100 pessoas trabalharem, mas já indicavam o que o grupo poderia vir a ser.

Salles discorre que “hoje inevitavelmente faz parte de sua biografia ser um cara com doutorado do Complexo do Alemão” e declara que não se via dessa maneira quando era mais novo porque “para sua família era muito confuso morar próximo da favela por causa do estigma e do preconceito”, mas continua contando como “depois virou um valor porque é algo fundamental, uma influência decisiva” e se relaciona com tudo que fez na vida e, por isso ele nunca deixa de falar “dessa origem, de onde nasceu e se criou”.

O debatedor coloca em seguida que “é preciso apontar os limites do espaço público” e fala sobre como “os discursos que se constroem sobre a cidade definem alguns espaços como públicos”, mas o acesso de todas as pessoas a eles é problemático e cita o trabalho Galinha (2002) do grupo Bijari, citando-o como um grupo “que faz intervenção urbana” e que “normalmente vão para o espaço público e ocupam o espaço que deveria ser público” e conta sobre as diferentes experiências geradas pela galinha que o grupo solta em dois lugares diferentes: no Largo da Batata, bairro popular à época marcado por forte presença de terminais de ônibus e comércio ambulante informal e no shopping Iguatemi, conhecido por suas lojas de grifes internacionais, fala sobre a diferença entre a interação com a galinha e a duração da ação nos dois lugares (pessoas se relacionam com a galinha no Largo da Batata x estranhamento no shopping) e afirma que o trabalho é um “tratado de sociologia.”

Écio Salles dá o exemplo do grupo Bijari (coletivo de artistas) e diz que “a cidade tem esses recortes e que neles é que devemos trabalhar” afirma de acordo com sua experiência como secretário da cultura em Nova Iguaçu - município da periferia do Rio, mas que também tem seu centro e suas periferias. Segundo ele, as políticas públicas implementadas no município - visassem a diversidade ou não - de seis ou sete anos atrás eram apresentadas quase que exclusivamente no centro, onde havia certa estrutura e serviços enquanto o restante do município era abandonado. Ele ainda complementa dizendo do símbolo que Lindberg (Farias, prefeito do município à época) usou que era o saco plástico que as pessoas não precisariam mais usar nos pés para não sujar os sapatos [quando fossem asfaltadas as ruas de terra).

O palestrante destaca que:

[...] no campo da cultura, pensando a questão da diversidade, o que a gente buscou foi essa capilaridade, algo que faz parte de um processo único. Como era um tema do Lindberg, a gente ‘foi para os bairros’, ou seja, saiu do *centro* e buscou um trabalho pra entender cultura não como conhecimento ‘estabelecido’ (teatro, música, dança dominantes, do centro), mas também que não fosse apenas o que a *periferia* consagrou (como o Hip hop e a capoeira) numa forma de ampliar aquilo que se faz politicamente com o dinheiro direcionado para a área da cultura, ou seja, *alargar o espectro territorial*.

Para exemplificar esse alargamento, Salles conta o episódio em que 22 *funkeiros cariocas* foram convidados para uma reunião, mas apenas um deles apareceu para servir de “bucha de canhão” porque eles achavam que a prefeitura queria reunir todos para prendê-los e que o convite para o projeto era apenas uma isca e, que assim que o único que compareceu à reunião chegou, ele assobiou e chamou os outros que faltavam. Outro exemplo de busca pela *diversidade dos agentes culturais* foi o caso das *rezadeiras*, onde foi criado um “site que aborda questão das senhoras rezadeiras”. Salles comenta que é nosso dever “quebrar e continuar quebrando esses limites do espaço público”.

Salles ainda elucida sobre a emergência da chamada classe C nos tempos atuais, de como a FGV está abrindo cursos para que se estude essa classe com “mais de 40 milhões de pessoas entrando na classe C”, de como o mercado está se organizando para ganhar dinheiro com essa classe, mas, na opinião dele é preciso se organizar para pensar esse fenômeno de forma que não se restrinja ao consumo, ao mercado, à lógica do consumismo. De acordo com Salles, realizar isso “é muito difícil, é uma disputa” e em seguida faz uma menção ao projeto “jovens repórteres” e fala que a “potência desse fenômeno da emergência da nova classe média é determinante porque ela definirá o rumo da eleição e está ativando setores da economia que estavam na inércia” - de acordo com texto promocional da própria FGV que o palestrante cita. Portanto, ele acredita que vivemos uma “oportunidade única para tentar interferir nesses processos” e completa que

[...] a cultura e educação têm papel determinante, fundamental embora na área da cultura haja uma mobilização já estabelecida e exemplos da sociedade civil que podem contribuir para organizar/desorganizar essa população de maneira criativa, enquanto a educação é uma tarefa ainda a ser feita.

Écio Salles finaliza afirmando que

[...] *nem tudo que é público é comum* - Bijari demonstra isso, tudo que a gente aprendeu em Nova Iguaçu: nem tudo que é público é acessível a todos e dá o exemplo da universidade pública brasileira, que é pública e não é acessível a todos - embora isso esteja começando a ser alterado com políticas públicas e ações afirmativas.

Por fim, ele comenta das “*barreiras quase intransponíveis* para falar-se numa diversidade de forma ampla e facilmente reconhecível” e convida Larissa Eleutério, uma das repórteres do projeto para dar um depoimento à mesa.

Interferência: **Larissa Eleutério**

Larissa Eleutério fala da falta de hábito de conversar com a prefeitura, de como desde que começou com o projeto, descobriu a cidade pela perspectiva do projeto. Larissa complementa dizendo que “aceitar adolescentes na prefeitura” é uma coisa recente, e também sobre “como pensava que cultura referia-se apenas a capoeira e galera

tocando violão”. E como a partir disso “começaram a acontecer muitas coisas e políticas começaram a surgir: surgiu o Fundo Nacional de Cultura mostrando um universo diferente para o jovem” – e ainda que “Nova Iguaçu não é só aquele velho laranjal e que a cidade está crescendo muito.”

Terceira fala: **Alessandro Conceição**

Alessandro Conceição inicia sua fala contando sobre sua formação, falando de sua relação com o Teatro do Oprimido, que completa quarenta anos em 2011, e é uma metodologia genuinamente brasileira, criada por Augusto Boal. Fala também do Centro de Teatro do Oprimido (CTO), um lugar onde se estuda e pratica. Ele conta como o objetivo do Teatro do Oprimido é a democratização dos meios de produzir cultura. Não há aulas de teatro e sim a capacitação de multiplicadores dentro da metodologia.

Conceição explica como a primeira técnica que surgiu foi o “Teatro Jornal” nos anos 1970, durante um momento bem forte da ditadura, em que tudo era analisado pela censura antes de ser permitido. Faziam encenações de notícias de jornal. Ele continua perguntando se “são mesmos isentos e imparciais os jornais se eles dependem de anunciantes?” Através dessa encenação começam então a “revelar a manipulação que estava por trás de cada notícia”.

Continuando sua fala, o convidado expõe como depois do exílio, Boal desenvolveu o Teatro do Oprimido em países da América Latina como Peru, Argentina, Bolívia, etc. e depois desenvolveu o Teatro Fórum através de apresentações com tribos indígenas e as pessoas encenavam seus problemas e o fórum auxiliava na resolução deles. Dá o exemplo da moça que foi traída pelo marido que a roubou e conta como através de uma dessas experiências as pessoas da platéia passaram a ir ao palco e encenar. Teatro invisível - vai fazer com a platéia na rua, envolver transeuntes na discussão porque nem sempre aquilo que o público pretendia com suas sugestões, apenas falando, era possível de ser encenado pelo elenco - o próprio público é que devia fazê-lo.

Alessandro Conceição complementa falando do Teatro Invisível: “quando a gente ensaia com o elenco e vai para a rua fazer esse teatro sobre uma questão muito urgente com a platéia”, “envolvendo todos os transeuntes e todos os cidadãos sem dizer que é teatro para que as pessoas não pensem que é pegadinha e não se sintam ofendidas”. E dá um exemplo de uma encenação sobre assédio sexual que foi realizada em uma estação do metrô no horário de pico e que causou tanta movimentação - inclusive com a chegada da polícia militar e da guarda municipal - em que, nesse caso, foi revelado que aquilo era Teatro Invisível e até hoje há uma placa dizendo proibido fazer Teatro Invisível. E conta como foi atingido o objetivo de trazer à tona essa discussão naquele momento.

O convidado ainda destaca que trabalham por meio de projetos com a criação de grupos populares: “grupos que tenham algo em comum e que querem discutir aquela opressão, como por exemplo, um morador de favela que sofre preconceito toda vez que vai ao centro ou desce do morro.” Conta que existem grupos populares formados em prisões, hospitais psiquiátricos, conta das dificuldades e impossibilidades de algumas encenações que foram proibidas.

Em 2008 houve o II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos e um dos grupos de um manicômio judiciário queria realizar uma encenação no Fórum, que só foi aprovada pelo juiz (depois de passar por todas as tentativas hierárquicas anteriores) autorizando a saída apenas de alguns dos integrantes do grupo porque outros eram considerados perigosos. Foram transportados pelo SOE (Serviços de Operações Especiais), todos fortemente armados e queriam levá-los algemados e a apresentação deveria acontecer com os atores algemados - o que foi evitado; foram algemados apenas no caminho, mas se apresentaram na UERJ causando bastante comoção entre os participantes do evento, inclusive nos que pensavam que ninguém jamais poderia sair do manicômio judiciário. E, depois, por terem conseguido a simpatia do juiz, fizeram uma outra apresentação numa praça na Cinelândia.

Alessandro Conceição complementa que também trabalham com idosos, grupos de homossexuais, e que, nesse momento, continuam com oficinas e com outro elenco. Estão agora com quatro grupos: um de saúde mental, um de homossexuais e um de empregadas domésticas que existe há doze anos e conta a história de uma mulher do grupo de empregadas domésticas que se emocionava antes da cena e dizia que era porque os patrões dela sempre a haviam “tratado como uma coisa e agora ela seria vista como gente” e que também estava emocionada porque “a luz tem que focar em você” quando ela na verdade sempre havia sido acostumada a se esconder.

Conceição ainda afirma que “*sabe da importância das pessoas falarem de suas questões*” e *fala das variedades de lugares e formas de ocupar espaços na cidade* lembrando que Boal afirmava que não é necessário um lugar específico pra se fazer teatro e conta como houve apresentações nas ruas, em shoppings, estações de metrô, etc. O debatedor conclui dizendo que o trabalho do Teatro do Oprimido é uma forma de “*se apropriar da cultura, ocupar o espaço e exercer a cidadania - que é fundamental pra gente ocupar esse espaço*”.

DEBATE

Rafael, aluno de Ciências Sociais da UFMG: O reconhecimento da diversidade sempre se dá de cima pra baixo, criando culturas: a cultura da periferia, a cultura do *Hip hop*, *funk*, etc. e há um perigo muito grande de estigmatizar esses grupos, essas pessoas e mantê-las no lugar onde elas estão. E pensando na idéia do espaço público/diversidade,

pelo pouco que eu conheço Belo Horizonte e do Rio eu penso que há uma dificuldade das pessoas lidarem com essa diversidade. Queria saber do Écio: você concorda com isso? Como você se posiciona?

Regina Helena, UFMG: Pensando na provocação da Livia, das caixinhas identitárias. Essa *conceituação de cima pra baixo*, criar essas caixinhas, essa complicada confusão que temos feito atualmente entre prática artística e cultura, entre manifestação artística e cultura e manifestação cultural, entre evento cultural, evento artístico e práticas – e aí somos todos nós - esse entender a diversidade como a criação dessas caixinhas onde a gente coloca separadamente as pessoas: os gays, as lésbicas, as mulheres, negros, deficientes.

Ao fazer um projeto cultural você tem que marcar tanto “x” e responder quem você vai “atender”. Estou respondendo agora a um questionário sobre o programa cultura viva e é assim: quantas pessoas você atendeu? “Ninguém, não atendi ninguém, não sou psicóloga. Quantos negros, índios, homossexuais você atendeu? “Eu não sei, eu não contei.”

A provocação que eu quero fazer é: como explicar o *que saiu dessas caixinhas nas últimas eleições, que foi uma onda tenebrosa de microfascismos*, porque se eu me coloco na posição de legitimar o outro e de dizer ao outro que ele se distingue de uma determinada maneira de todos e que essa distinção dele tem que disputar com todos para ganhar... Aí quando temos as eleições, as *pessoas tentam queimar, matar, destruir a diferença, as mesmas que reivindicam pra si a diversidade*.

Paola Berenstein, UFBA: No final da mesa de territórios, eu estava questionando exatamente os territórios culturais que são questões identitárias e que no fundo delimitam determinadas coexistências conflituosas, assim eu acho que esses territórios culturais vão no caminho dessas caixinhas identitárias. E como a gente faz para *tentar entender e para, sobretudo, aceitar essa tensão, esse conflito e esse dissenso cultural sem cair na pacificação, separação, na idéia do estado de exceção, da guerra?* A minha grande questão é que eu tenho a impressão de que essa separação entre esses segmentos dentro das caixinhas tem uma *repercussão direta no espaço público*, não mais como esfera pública, e sim como espaço físico. Se as caixinhas estão se tomando de fato caixinhas, ou melhor, cercadinhos, onde vai ficar a esfera pública?

Écio Sales: Eu me lembrei da música *Little boxes* da Malvina Reynolds. Se eu entendi direito, as questões todas passaram por essa problemática das identidades, essa coisa das caixinhas. Essa coisa da *diversidade é uma fábula* – eu nem gosto desse termo, eu penso a diferença em como tratar a convivência – e não tolerância -, a gente tem que criar meios de conviver e produzir juntos. Sobre a questão da identidade, as caixinhas são sempre muito ruins porque produzem quase sempre esses microfascismos que

vimos nessa última eleição, o que não é novidade, a novidade é que eles apareceram de uma forma muito evidente, mas já estiveram aí em outras situações. Eu, por exemplo, fiquei muito chocado quando o Rio de Janeiro elegeu com grande votação três notórios representantes de grupos de extermínio para vereadores. É impressionante como espremendo, o fascismo sempre aparece – nos programas de televisão faltou muito pouco para pedirem de novo a pena de morte. É evidente que se trabalhar de cima pra baixo é muito ruim, mas eu já trabalhei na elaboração desse tipo de dispositivo [de classificação e segmentação] é muito difícil convencer o outro de que não precisamos disso. *Mas pra fazer qualquer tipo de ação afirmativa, a gente precisa das caixinhas: como é que você diz que não existem raças e você quer colocar cotas pra negros na universidade?* Porque pode-se dizer que não há raças mas como é que você vê que não há negros na universidade? Eu sou totalmente favorável ao que você falou, mas quem é espancado na Av. Paulista e em Copacabana são os gays. E que a gente não pode esquecer é que tem um movimento que é de baixo pra cima que é um movimento forte e que é muito necessário, e que é dever da política pública reconhecer essa movimentação, não nomeá-la, designá-la, estabelecê-la, mas reconhecê-la. Esse encontro da diversidade, por exemplo, eu acho que tem um milhão de contradições, porque é organizado de cima pra baixo por melhores intenções que se tenham. Quando colocamos nas caixinhas, corremos o risco de errar, mas não podemos esquecer o movimento. Jamais daremos conta [de resolver os problemas de cada um dos grupos ‘identitários’], mas trabalhar para isso é fundamental.

Livia de Tommasi: Vou começar dizendo que sou branca, europeia, de olhos azuis, que não sou lésbica, negra, não sou da periferia e que, portanto, não me encaixo em nenhuma dessas caixinhas que vimos por aí. Posso caber naquelas de opressor então é por isso que eu devo estar falando aquilo que eu falo. Mas eu acho que isso está nos levando a um racismo e a uma *valorização do avesso*. Agora eu te reconheço e reconheço sua fala só se ela vem de algum lugar, que se reconhece como oprimido, e você só pode falar de um lugar se estiver nele, se você padece daquela situação: sobre mulher se mulher, sobre negro se negro, e eu acho que isso leva direto para aquilo que a Lena falou de microfascismos, só podemos falar sobre determinada condição se sofremos dela, senão não podemos falar e isso leva direto para os microfascismos. A questão identitária é uma questão que foi muito levantada nos movimentos sociais e partia da busca da identidade, de se afirmar no espaço público a partir de um lugar que foi sempre um lugar de não visibilidade, não reconhecimento. Mas não é a condição social que é motivadora de um movimento social, de uma mobilização ou reivindicação. Quais são hoje as questões que estão sendo colocadas na sociedade e de que forma essas questões nos fazem entrar numa luta? Acho que hoje a questão fundamental é a desigualdade. *Basta dar alguma migalha para aqueles que até agora não tinham para que o Brasil se torne um país mais igualitário.* É também preciso tirar daqueles

5% que tem mais, que sempre tiveram demais. Como é que a gente faz isso? *E essa questão da desigualdade é uma coisa que motiva a todos independentemente das nossas caixinhas identitárias. A questão racial é uma questão fundamental* não tanto por causa da cor da pele - porque eu defendo também a política afirmativa, mas de fato é uma coisa tão evidente – que existem poucos negros na universidade pública enquanto a enorme maioria nos bairros populares são negros – que não parece uma questão que exija a defesa de uma identidade para que a gente tenha que defender o acesso à universidade. O uso que se tem feito do movimento *Hip hop* é o que há de mais perverso de uma manifestação cultural de ruptura e que criou conflito. E sobre essa coisa da praça: em Recife isso começou com o Carnaval, mas acho que não podemos confundir estilos musicais com essência identitária porque aí a gente faz um bocado de confusão. Gostaria de falar de um encontro lindíssimo em Duque de Caxias em que reuniu periferias da França e periferias do Brasil e o debate que mais me marcou, em vez de discutir políticas públicas, reivindicações, política – se discutiu cinema.

Écio: eu também acho, acompanhei o Hip hop quando era o máximo da ruptura. Ninguém fica a vida inteira só na resistência. Acho que “chega de resistência”, acho que mais forte é a re-existência. A partir do influxo da Cooperifa, os saraus se alastraram na zona sul de São Paulo e eles reivindicam muito isso de literatura marginal, o Ferréz é de literatura periférica, o Sérgio Vaz de literatura marginal. E eles tem uma percepção de que é mais interessante do que se dizer apenas literatura, eles conseguem aparecer e existe um nicho para eles sendo assim e ele defende com muita galhardia e sem nenhum pudor e com um rigor de argumentação impressionante: disputar com os grandes eu nunca vou aparecer. ‘Fui destinado a ser ladrão, quase fui e agora sou um escritor de certa projeção nacional. *Eu vou nessa, porque nessa estou me construindo como ser humano, minha subjetividade está se construindo aí, não com a literatura*’, diz Sérgio a Écio.

Alessandro Conceição: Essa discussão é realmente muito complexa, a gente sempre fala de igualdade sim, igualdade de oportunidades, de direitos, mas como indivíduo eu pertencço a um grupo de pessoas, grupo cultural, étnico e essa diferença precisa ser respeitada, valorizada e isso todo mundo concorda. E é aí que eu fortaleço minha identidade porque se eu não reconheço minha identidade como tal eu quero excluí-la, negá-la e negando minha identidade, pensando ‘não quero ser assim, eu quero ser o outro porque aquele modelo é o ideal’ eu também não vou ser aceito pelo outro. E a gente não tem que ser aceito ou tolerado pelo outro, porque diferença existe, e eu quero ser respeitado por todos e devo respeitar todos; e se eu não sou respeitado com a minha diferença, com a minha identidade aí eu tenho que exigir respeito, e aí entra a questão legal. E gostaria de dizer que *essa questão de oportunidade e identidade está muito ligada ao grupo que eu pertencço*.

FIM DO DEBATE E A APRESENTAÇÃO DO GRUPO “PIREI NA CENA”

É provável que a parte mais interessante do debate viesse a ser a seguinte – caso o debate houvesse continuado – quando, depois de todos indicarem mais ou menos seus interesses prático-teóricos e as proximidades de seu campo de pensamento, fossem discutidas as principais questões levantadas justamente nos pontos em que terminavam algumas argumentações enquanto outras se iniciavam: um aprofundamento poderia ter sido criado pela tentativa de encontrar e ampliar os limites dos caminhos possíveis em relação às políticas públicas na área da cultura.

Como notou Alessandro em sua fala final, em diferentes proporções, todos concordaram sobre os problemas criados pelas classificações e segmentações, tanto temáticas quanto identitárias: elas não são uma forma interessante de divisão e classificação de pessoas, como apontado por Livia, por dificultarem a busca daquilo que é comum a todos os segmentos, das questões que são relevantes e pertinentes não apenas a um grupo ou segmento. Também por levarem a microfascismos e à busca da eliminação da diferença, como coloca Regina Helena. E ainda por poderem ter relação direta com segmentações e fragmentações que começam a aparecer no espaço público de fato, na cidade, como apontou Paola Berenstein.

Porém, um ponto de extrema importância levantado por Ecio, foi o de que não se pode negar os movimentos sociais que surgiram e surgem no Brasil com intensidade e “de baixo pra cima” (não impostos pela lógica dominante, mas justamente em busca de transformações dessa própria lógica). Esses movimentos articularam e articulam diversas transformações importantes seja na conquista efetiva de direitos ou na transformação subjetiva provocada naqueles que os formam e deles se aproximam em suas diversas áreas de atuação – em sua maioria, segmentadas de forma temática ou identitária: movimentos de moradia, movimento negro, movimento Hip hop, movimentos GLBTT, etc – ainda que alguns de seus processos e modos de organizações sejam por vezes questionáveis.

Ainda assim, buscar os problemas e falhas de organização nos movimentos talvez seja tão pouco produtivo quanto a fragmentação da discussão por pontos de vista segmentados. Culpabilizar os movimentos e seus processos também não são ações que pareçam levar às transformações desses processos e muito menos às questões comuns – como a desigualdade que permeia toda a discussão das “caixinhas identitárias” e foi apontada apenas por Livia. Essa culpabilização também indica um caminho em direção a microfascismos: identificando “o outro” como aquele que está em busca da essência identitária e não aquele que está experimentando em torno de possibilidades de criar sua própria subjetividade e também inventar novas formas de política. É preciso que os

movimentos nos sejam próximos para que se possa construir em conjunto através de discussões e transformações e não apontá-los como os desertores da teoria em suas condições ideais – os conceitos nos devem servir e não ao contrário.

Ainda que Livia tenha dito em relação ao momento atual em que a diversidade está sendo “visada” por todos e que inclusive há “toda a história dos movimentos sociais que também em algum momento começaram a focar nessa questão de diversidade” podendo nos dar a impressão de que os movimentos embarcaram na “moda” da diversidade, é importantíssimo lembrar que nos últimos trinta anos os movimentos vem construindo a política desse país de forma bastante ativa com sua existência. E ainda que essa construção, em diversos momentos, tenha se dado através de compartimentações identitárias e temáticas, foram elas que determinaram certas práticas do governo Lula em relação à participação e a escolhas temáticas e identitárias e não o contrário – ainda que diversas críticas possam ser feitas em relação aos usos e aplicações feitas. Portanto, os movimentos e sua participação, em muitos casos, determinaram a pauta do governo através de suas reivindicações, o que pôde ser especialmente notado na área da cultura – diferentemente dos que nos indica a gestão atual do MinC.

Um fator importante indicado por Livia foi a declaração de especialistas da Unesco sobre a multiplicidade de juventudes no Brasil – algo certamente condizente como nossa realidade econômica ainda que tenha havido mudanças na última década. Mas essa declaração pode ser um bom indicador de como buscar tentar implementar teorias distantes através da aplicação de metodologias nem sempre leva aos objetivos esperados. Não há fórmulas e repetir a segmentação para a criação de qualquer tipo de grupo/conselho é um equívoco que deve ser avaliado em busca de outras alternativas.

Outro ponto fundamental levantado por Écio é aquele em que diz que “jamais daremos conta” de resolver os problemas e corrigir as falhas apontadas por cada segmento, mas que é importante continuar tentando. Certamente dentro do MinC durante a gestão Lula houve diversos tipos de tentativas e experimentações que levaram a resultados muito produtivos e outros menos – em termos de “participação” e de criação de condições para tal, por exemplo. Diversos mecanismos e dispositivos interessantes em relação a essas condições foram criados e algumas conquistas foram realizadas.

A partir da fala de Regina Helena, por outro lado, também, é importante observar onde pode-se estar querendo chegar a partir de questionários como os que ela respondeu. Se o desejo for o de estudar e tentar compreender – ainda que entre equívocos – o que foi construído durante esse governo, esse pode ser um recurso interessante, mas que certamente precisa poder ser avaliado de outras maneiras. Mas, se o objetivo desses questionários é criar dados mostrando aos movimentos e à população em geral quantos “atendimentos” foram realizados em relação a suas questões e como elas estão cada vez mais próximas de serem resolvidas, cabe a todos a função que sempre deve

caber: não aceitar tais argumentos e continuar buscando encontrar a melhor forma de manifestar suas novas posições a partir do aprendizado já realizado, continuar buscando novas conexões e escapes, mas diferentes daqueles encontrados até agora para que o processo de transformação não cesse e não vire uma modelização a ser replicada como “fórmula de eliminação da desigualdade”.

Denis Tavares é bolsista do Projeto “Cidade e Cultura: debates no espaço público contemporâneo”, mestrando do Programa de Pós Graduação em História/UFMG.

Patrícia Martins Assreuy é bolsista do Projeto “Cidade e Cultura: debates no espaço público contemporâneo”, mestranda do Programa de Pós Graduação em Urbanismo/PROURB/FAU/UF RJ.

Milena Batista Durante é bolsista Projeto “Cidade e Cultura: debates no espaço público contemporâneo” e mestranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA.
